

Zélia acha possível recessão em 90

Roberto Faustino — 12.05.89

Lia Carneiro

SÃO PAULO — Combater a inflação ou crescer? Se eleito presidente, em seu primeiro ano de governo Fernando Collor de Mello dará prioridade ao combate à inflação. O raciocínio da economista e assessora econômica do candidato do PRN Zélia Cardoso de Mello é simples: a prioridade é trazer a inflação para um patamar em torno de 3% nos primeiros 18 meses de governo e, para tanto, ela diz apenas que valem todos os instrumentos de política econômica. "O crescimento vai ser o que tiver de ser, ou simplesmente pode não ser. Podemos ter uma recessão", resume ela, deixando claro que se for possível atingir a meta sem o transtorno de uma recessão, ótimo. Mas se não for, o que importa é a vitória no combate e não o balanço final do número de mortos, feridos e ileso.

Como os demais assessores econômicos dos presidenciais, Zélia prefere não fazer definições claras dos instrumentos a usar para enfrentar a gravíssima crise econômica. Em época de campanha, o melhor a fazer é ser vago. Mas, dá algumas pistas. Para ela, 80% da atual inflação são causados pela expectativa inflacionária. No plano econômico de governo que preparou para Collor de Mello, aposta todas as fichas numa reversão desse quadro, com a restauração da credibilidade via posse de um novo presidente. Ela baseia neste ponto o combate à inflação e rejeita o congelamento de preços, já que confessa ter dúvidas sobre a imunidade adquirida pela sociedade, após três tentativas. Para atacar os outros 20% da composição da inflação, Zélia prega o saneamento financeiro do Estado; a expansão dos meios de pagamento numa taxa mensal máxima de 1%, a renegociação da dívida externa e um amplo entendimento nacional (coordenado pelo governo) para a definição de regras de reajuste de preços e salários.

"Ninguém pode negar uma coisa: nas diretrizes que elaboramos, somos os primeiros a deixar bem claro de onde virá e para onde irá o dinheiro do governo", garante Zélia. A primeira fonte de recursos do governo sairá da chamada reforma administrativa. A ideia é enxugar a máquina do Estado, reduzindo, por exemplo, os atuais 23 ministérios para 12. "É claro que ocorrerão demissões, mas é importante dizer que, se conseguirmos não contratar mais gente, já será um grande avanço", explica a economista, lembrando que nos cinco anos do governo Sarney a folha de pagamentos com pessoal cresceu US\$ 6 bilhões.

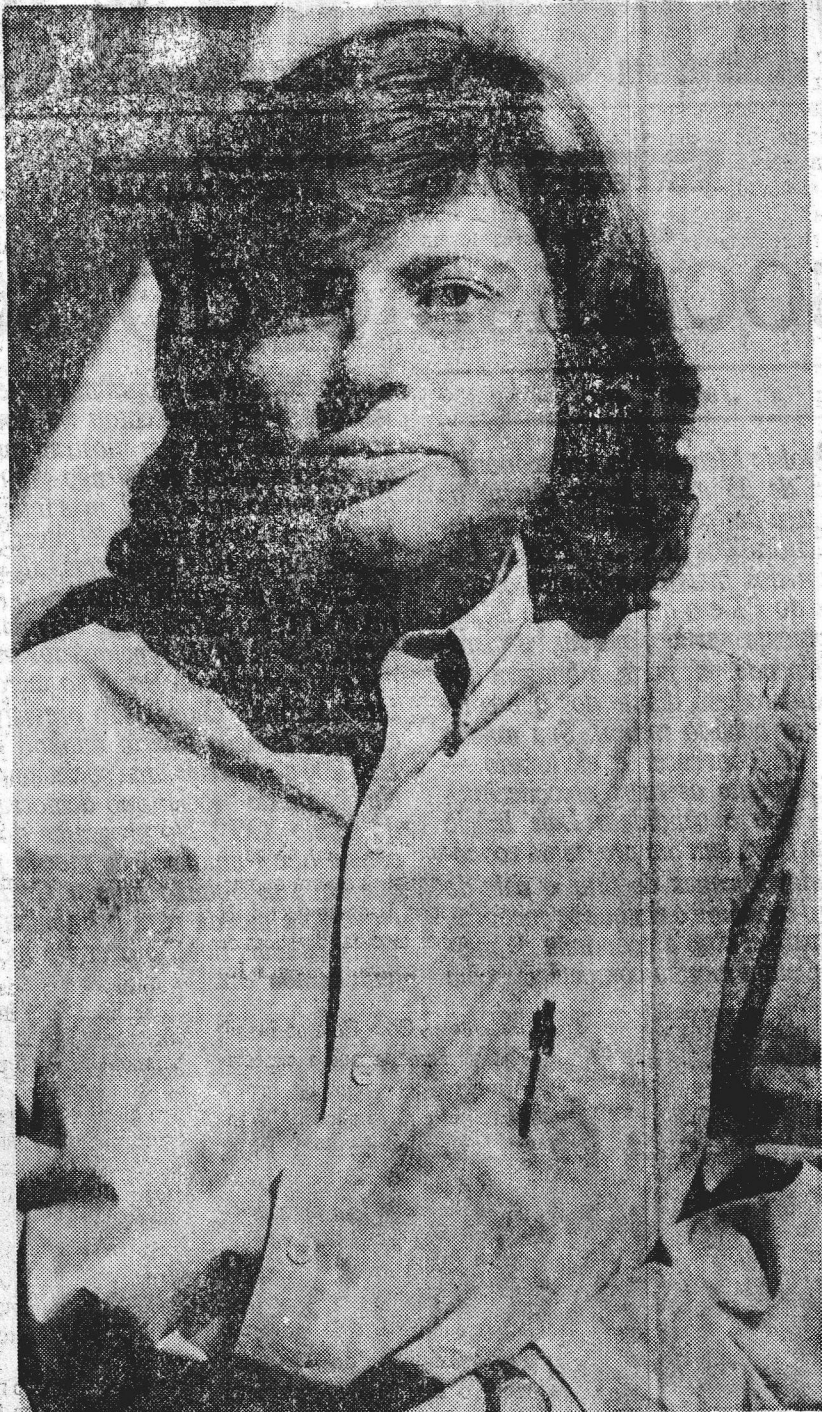
Gratificações — Mesmo admitindo possíveis demissões — principalmente através de mecanismos que incentivem essa atitude voluntariamente, pelo próprio funcionário —, Zélia acredita que a maior parte do inchaço da máquina poderá ser resolvida através da realocação e da colocação do excedente de um setor à disposição de outros. "O resto é só utilizar os recursos da informática, verificando quem acumula cargos e revisando todo o sistema de gratificações", diz. Para ela, com vontade política a reforma administrativa poderá ser realizada num prazo "curtíssimo" e, na ponta do lápis, em cinco anos os gastos do governo serão reduzidos em US\$ 6,1 bilhões.

A reforma fiscal, cujo principal objetivo é elevar a receita tributária líquida (já descontada a inflação) de US\$ 35,2 bilhões em 1989 para US\$ 51,7 bilhões em 1994, garantirá aos cofres federais US\$ 45 bilhões num prazo de cinco anos. Para Zélia, o importante é combater a sonegação, estimada em torno de 40%, e eliminar os atuais incentivos e subsídios, com os quais o governo hoje dispense 1,1% de sua receita fiscal. A economista deixa claro sua posição favorável à concessão de subsídios para a política industrial e agrícola.

Zélia não esconde que o fato de não propor mudanças nas alíquotas dos impostos traduz uma estratégia política de início de governo, em que esse tipo de mudança é encarado como um fator desestabilizador de credibilidade. Ela admite que o sistema atual de tributação está longe de ser o ideal; isto é, "o regressivo, em que nada é mais justo do que os mais ricos pagarem mais impostos".

Privatização — Outro ponto das diretrizes do programa econômico de Zélia é a reforma patrimonial (levantamento dos imóveis da União, revisão de sua utilização e um processo de revenda das empresas assumidas por órgãos federais, alienação de estatais e dos chamados novos investimentos), que deve originar recursos da ordem de US\$ 31,5 bilhões. "Não precisamos vender tudo. Podemos usar meios como o leasing, por exemplo. E preciso também ter critérios para as privatizações", explica ela, que prefere não revelar a lista das empresas que devem ser vendidas.

Se somadas às economias das várias reformas o adicional de US\$ 11,42 bilhões que devem ser poupados com a renegociação da dívida externa, chega-se a um total de US\$ 76,02 bilhões nos cofres federais. De acordo com as intenções da assessora econômica de Collor, US\$ 18 bilhões seriam destinados à construção de 2,3 milhões de casas para a população de baixa renda. "Os outros US\$ 94,02 bilhões que necessitaremos para o desenvolvimento dos programas setoriais terão origem na iniciativa privada", diz a economista, que garante num prazo de cinco anos a expansão do PIB de US\$ 352 bilhões para US\$ 517,4 bilhões, uma taxa de inflação anual em 1994 de 35% e um salário mínimo de US\$ 369 (contra os atuais US\$ 76,8).



Zélia: o importante é a vitória, não o número de mortos